

Foi admitido nos quadros do Ministério da Administração Interna, Direcção-Geral de Viação, mediante concurso público interno, como técnico superior de carreira de jurista em 11 de Agosto de 1998. Percurso profissional na DGV:

- Em 11 de Agosto de 1998 foi colocado na Direcção Regional de Viação do Algarve, exercendo funções de jurista;
- Em 1 de Janeiro de 2000 foi nomeado chefe de divisão de Contra-Ordenações da Direcção Regional de Viação do Algarve, cargo que cercou até 24 de Maio de 2001, em regime de substituição;
- Em 4 de Março de 2002 foi transferido para a Delegação de Viação de Setúbal, exercendo funções de jurista;
- Em Junho de 2003 foi nomeado coordenador do Núcleo Técnico de Contra-Ordenações da Delegação de Viação de Setúbal;
- Em 18 de Novembro de 2005 foi nomeado chefe de divisão da Delegação de Viação de Santarém;
- Categoria actual — técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista, em regime de nomeação definitiva, nos quadros da Direcção-Geral de Viação.

4 — Outras habilitações:

- Estágio de oficial de justiça;
- Curso de formação inicial de formadores;
- Curso de boas práticas na gestão;
- Curso de avaliação de satisfação do utente;
- Curso de segurança e legislação rodoviária;
- Curso de contencioso administrativo;
- Curso de operador de registo de dados;
- Curso de Código do Procedimento Administrativo;
- Curso de Excell;
- Curso de Word fundamental;
- Curso de Internet/intranet;
- Curso de Outlook;
- Curso sobre o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública — SIADAP;
- Curso sobre SIADAP — técnico de entrevista de avaliação e desempenho;
- Seminário sobre CAF — estrutura comum de avaliação das administrações públicas da União Europeia;
- Seminário de Alta Direcção — INA;
- Participação em seminário sobre segurança rodoviária nas localidades organizado pelo Ministério da Administração Interna em 19 de Maio de 1999;
- Participação no Congresso Nacional da Administração Pública, organizado pelo INA, em 3 e 4 de Novembro de 2005.

Governo Civil do Distrito de Lisboa

Aviso n.º 11 207/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que o projecto de lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno de ingresso para provimento de 12 lugares na categoria de assistente administrativo, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, de 12 de Abril de 2005, assim como a acta que define os critérios usados na classificação se encontram afixados nas instalações do Governo Civil do Distrito de Lisboa, podendo ser consultada a acta de aplicação em concreto a cada um dos candidatos na Secção Central.

2 — Nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, os candidatos poderão pronunciar-se, no prazo de 10 dias úteis a contar da presente publicação.

28 de Novembro de 2005. — A Presente do Júri, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 11 208/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mário Ufongue, natural de Cói, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 4 de Fevereiro de 1959, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 209/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulo Tungue, natural de Fulacunda, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 24 de Maio de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 210/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rui Miguel Lopes Fernandes, natural de Lisboa, Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 30 de Junho de 1982, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 211/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulo Jorge Lidador Diogo Vigário, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 12 de Janeiro de 1972, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 212/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Joaquim Vicente Gomes, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 13 de Julho de 1977, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 213/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Filomena Monteiro Oliveira, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 30 de Setembro de 1964, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 214/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria de Fátima Semedo da Veiga, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 19 de Março de 1955, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 215/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Francisco Landim da Veiga, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 15 de Março de 1955, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas ine-